



Contribuições da FIRJAN às propostas de Regulamento Técnico para Realização dos Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento e para Credenciamento das Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento apresentadas pela ANP

As propostas de Regulamento Técnico para Realização dos Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento e para Credenciamento das Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento apresentadas pela ANP são de excelente qualidade. Destacamos alguns pontos cruciais para a indústria nacional, como o estímulo à inovação via contratação de despesas em PD&I junto às empresas nacionais; a pertinência e abrangência dos itens, atividades e serviços passíveis de serem considerados como investimento em PD&I; a proteção estendida aos projetos inovadores e estratégicos para as empresas, que têm garantia de sigilo pelo Termo de Confidencialidade e Imparicalidade a ser assinado pelos Membros Avaliadores; e a não exigência de doutorado por parte do Coordenador Técnico responsável. A regulamentação proposta é não restritiva, visando a garantir a inclusão de um universo amplo de empresas e serviços.

Entretanto, algumas questões relativas à contratação de empresas precisam maior clarificação e detalhamento.

Consideramos importante que as empresas interessadas se cadastrem junto a ANP, da mesma forma como é exigido pelo Regulamento Técnico para Credenciamento das Instituições de P&D, de forma a que a Agência Reguladora possa ter informações sobre o universo de empresas potencialmente aptas a desenvolver projetos de PD&I.

Uma segunda observação se refere à sistemática de divulgação dos investimentos em PD&I pelo Concessionário. Esta divulgação deve ser a mais ampla possível para que as empresas tenham conhecimento da disponibilidade dos recursos e se engajem no desenvolvimento de projetos.

Finalmente, consideramos essencial que a ANP, em conjunto com o governo federal, defina Programas Tecnológicos Mobilizadores para dispêndios em PD&I no setor de petróleo e gás natural. Estes Programas, inseridos na alçada do PROMINP, devem visar a garantir que os recursos sejam canalizados para investimentos em PD&I de partes críticas e de maior conteúdo tecnológico, desenvolvidos no Brasil.